

**DELFIN CAVALARI**

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

DELFINCAVALARI.COM.BR

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA  
VARA CÍVEL DA COMARCA DE PORANGABA/SP.**

**Processo n. 1000038-11.2021.8.26.0470**

**ELIAS ANTUNES DA SILVA & CIA LTDA - EPP,**  
e **COMPRAKI SUPERMERCADOS LTDA.**, nos autos do pedido de  
Recuperação Judicial, por meio de seus advogados e bastante  
procuradores, infra-firmatários, vem a presença de Vossa  
Excelência, em atendimento ao despacho de fls. 276/278, requerer  
o aditamento da petição inicial e a juntada de documentação  
complementar, nos termos que seguem.

Com a finalidade de facilitar a organização do  
processo, o aditamento será feito na sequência dos itens do  
despacho.

**ITEM 1. COMPROVAÇÃO DO GRUPO ECONÔMICO FAMILIAR**

As empresas Requerentes atuam como legítimo  
grupo econômico familiar de fato, desde que foram constituídas.

**BOTUCATU/SP**

Rua Marechal Deodoro, 42  
Centro  
14 3815 3872

**SÃO PAULO/SP**

Rua Itápolis, 1468  
Pacaembu

# DELFIN CAVALARI

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

DELFINCAVALARI.COM.BR

O quadro societário da empresa **Elias Antunes da Silva & Cia Ltda** é composto pelo genitor, sr. Elias Antunes da Silva, fundador e atual administrador da empresa. Juntamente com o Sr. Elias, também são sócios dois de seus filhos, Elias Antunes da Silva Junior e Érika Antunes da Silva (**doc.** - cópias de certidão de nascimento).

O contrato social consolidado de fls. 13/18 comprova que, na 1ª alteração, o sócio Marcelo Antunes da Silva - também filho do fundador (**doc.** - cópia de certidão de casamento e de CNH - Carteira Nacional de Habilitação) - compunha o quadro de sócios, mas retirou-se em 18/01/2014, por meio de cessão de suas quotas para o seu genitor.

Desde então, o quadro de sócios manteve-se inalterado, sendo a empresa administrada pelo genitor, Sr. Elias Antunes da Silva, conforme disposição expressa na cláusula 5ª (fls. 16).

A empresa **Compraki Supermercados Ltda** tinha como sócios, até 21/08/2019 - data da 7ª alteração contratual - o Sr. Elias Antunes da Silva e seu filho, Marcelo Antunes da Silva.

Por força da 7ª alteração contratual, o Sr. Elias Antunes da Silva retirou-se da empresa, cedendo suas quotas ao único sócio remanescente (fls. 23/34). Desde então, a empresa foi classificada como Sociedade Limitada Unipessoal e é administrada pelo único sócio, Sr. Marcelo Antunes da Silva.

A existência de um grupo econômico familiar e de fato não é comprovada apenas pelos documentos de filiação, mas também pelas cópias anexas de cédulas de crédito bancário

BOTUCATU/SP

Rua Marechal Deodoro, 42  
Centro  
14 3815 3872

SÃO PAULO/SP

Rua Itápolis, 1468  
Pacaembu

# **DELFIN CAVALARI**

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

DELFINCAVALARI.COM.BR

diversas, em que membros da família assinaram como avalistas de empréstimos contraídos pelo Compraki Ltda, ou vice-versa, numa espécie de garantia cruzada entre as empresas e seus sócios.

A cédula de crédito anexa (**doc.**), emitida pela empresa Compraki Ltda ao Banco Santander em 29/07/2019 (**doc.**) tem como avalistas, além dos sócios Elias Antunes da Silva (que retirou-se da empresa em 21/08/2019) e Marcelo Antunes da Silva, a Sra. Érika Antunes da Silva, sócia do Elias Antunes da Silva & Cia Ltda.

Da mesma forma, cédula de crédito bancário anexa (**doc.**), emitida pela empresa Compraki Ltda ao banco Topázio, contém aval da filha Erika Antunes da Silva, sócia da empresa Elias Antunes da Silva & Cia Ltda, e da própria empresa Elias Antunes da Silva & Cia Ltda:

A) EMITENTE/DEVEDOR:			
Razão Social: COMPRÁKI SUPERMERCADOS LTDA			
CNPJ: 15.246.925/0001-94			
Endereço: BARÃO DO RIO BRANCO 483 /BOFETE - SP - CEP 18590000			
Representante legal: MARCELO ANTUNES DA SILVA			
Banco: 082		Agência: 0001	Conta Corrente: 2111516
		Conta Vinculada: 2111524	
	AVALISTA		CÔNJUGE
1	ELIAS ANTUNES DA SILVA CPF: 030.500.238-48		CELIA PIEDADE DE OLIVEIRA SILVA CPF: 027.010.648-05
2	ERIKA ANTUNES DA SILVA CPF: 379.288.188-84		
3	ELIAS ANTUNES DA SILVA JUNIOR CPF: 424.952.328-41		
4	MARCELO ANTUNES DA SILVA CPF: 310.524.848-08		VIVIAN APARECIDA OLIVEIRA DA SILVA CPF: 332.744.068-99
5	FABIO AUGUSTO CORDEIRO CPF: 326.540.058-10		NATALY REGINA DE OLIVEIRA CORDEIRO CPF: 331.567.418-33
6	ELIAS ANTUNES DA SILVA E CIA LTDA EPP CNPJ: 65.390.544/0001-52		
	DEVEDOR SOLIDÁRIO		DEVEDOR SOLIDÁRIO

E o mesmo ocorreu quando a empresa Elias Antunes da Silva & Cia Ltda tomou dinheiro emprestado, emitindo cédula de crédito ao Banco Topázio (**doc.**). Neste caso, figuraram

BOTUCATU/SP

Rua Marechal Deodoro, 42  
Centro  
14 3815 3872

SÃO PAULO/SP

Rua Itápolis, 1468  
Pacaembu

# **DELFIN CAVALARI**

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

DELFINCAVALARI.COM.BR

como avalistas a empresa Compraki Ltda e o Sr. Marcelo Antunes da Silva:

A) EMITENTE/DEVEDOR:			
Razão Social: ELIAS ANTUNES DA SILVA E CIA LTDA EPP			
CNPJ: 65.390.544/0001-52			
Endereço: HUMBERTO CASSETARI 346 /BOFETE - SP - CEP 18590000			
Representante legal: ELIAS ANTUNES DA SILVA			
Banco: 082	Agência: 0001	Conta Corrente: 2111490	Conta Vinculada: 2111508
AVALISTA		CÔNJUGE	
1	ELIAS ANTUNES DA SILVA CPF: 030.500.238-48	CELIA PIEDADE DE OLIVEIRA SILVA CPF: 027.010.648-05	
2	ERIKA ANTUNES DA SILVA CPF: 379.288.188-84		
3	ELIAS ANTUNES DA SILVA JUNIOR CPF: 424.952.328-41		
4	MARCELO ANTUNES DA SILVA CPF: 310.524.848-08	VIVIAN APARECIDA OLIVEIRA DA SILVA CPF: 332.744.068-99	
5	FABIO AUGUSTO CORDEIRO CPF: 326.540.058-10	NATALY REGINA DE OLIVEIRA CORDEIRO CPF: 331.567.418-33	
6	COMPRAKI SUPERMERCADOS LTDA CNPJ: 15.246.925/0001-94		
DEVEDOR SOLIDÁRIO		DEVEDOR SOLIDÁRIO	

Salienta-se que as cédulas de crédito acima mencionadas, assim como outras emitidas a diversas instituições financeiras, foram inadimplidas, gerando um comprometimento do patrimônio das duas empresas, não só na condição de devedor principal, mas também como avalistas recíprocos.

À relação familiar e oferecimento de garantias fidejussórias em contratos bancários pelos sócios e pelas próprias empresas à outra do grupo, soma-se outro elemento, caracterizado pela aquisição conjunta de mercadorias para os dois supermercados, e otimização de entregas, com utilização de veículos em comum.

Assim, comprovada a existência de grupo econômico familiar de fato, requer-se o processamento do pedido de recuperação judicial para as duas Requerentes.

BOTUCATU/SP

Rua Marechal Deodoro, 42  
Centro  
14 3815 3872

SÃO PAULO/SP

Rua Itápolis, 1468  
Pacaembu



**ITEM 2. COMPLEMENTAÇÃO - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVAS AOS  
3 (TRES) ÚLTIMOS EXERCÍCIOS**

Em complementação aos demonstrativos contábeis juntados na inicial, as Requerentes apresentam, em atendimento ao item 2 do despacho de fls. 276/278, a documentação contábil relativa aos 03(três) últimos exercícios: 2018, 2019 e 2020 (**doc.** - organizadas de acordo com as alíneas do inciso VII do artigo 51 da Lei n. 11.101/05).

**ITEM 3. COMPLEMENTAÇÃO - RELAÇÃO NOMINAL DE CREDORES -  
DISCRIMINAÇÃO DA ORIGEM, REGIME DOS VENCIMENTOS E REGISTROS  
CONTÁBEIS**

Complementando as relações de fls. 110/111, as Requerentes apresentam, na forma exigida pelo inciso III do artigo 51 da Lei n. 11.101/05, as relações de credores retificadas, com acréscimo de informações relativas ao regime de vencimentos e registros contábeis das operações de compra de mercadorias ou de empréstimos bancários.

**ITEM 4. COMPLEMENTAÇÃO - RELAÇÃO INTEGRAL DOS EMPREGADOS**

Em complementação a relação "*funcionários gerais*" de fls. 119/120, a Requerente Elias Antunes da Silva & Cia Ltda apresenta sequencia de fichas de registro dos empregados atualmente vinculados à empresa (**doc.**).

A empresa Compraki Ltda, ora Requerente, não possui empregados, em virtude de sua inatividade temporária. Por essa razão, não apresentou uma relação de empregados, e, ao

# DELFIN CAVALARI

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

DELFINCAVALARI.COM.BR

invés disso, apresenta documentos que comprovam a sua inexistência (**doc.**).

Esclarecem as Requerentes que não existe valores pendentes a título de salário ou a qualquer outro, e que não existem reclamações trabalhistas propostas em face de nenhuma delas, como comprovam as certidões anexas (**doc.**).

## **ITEM 5. RELAÇÃO DOS BENS PARTICULARES DOS SÓCIOS ADMINISTRADORES - ELIAS ANTUNES DA SILVA (ELIAS ANTUNES DA SILVA & CIA LTDA - EPP) E MARCELO ANTUNES DA SILVA (COMPRAKI SUPERMERCADOS LTDA)**

Em atendimento disposto no artigo 51, VI, da Lei n. 11.101/05, requer-se a juntada das declarações de imposto de renda (ano calendário 2019), contendo a relação de bens particulares dos sócios administradores da empresa Elias Antunes da Silva & Cia Ltda (Sr. Elias Antunes da Silva - **doc.**), e Compraki Ltda (Marcelo Antunes da Silva).

## **ITEM 6. COMPLEMENTAÇÃO - EXTRATOS ATUALIZADOS DAS CONTAS BANCÁRIAS**

Em atendimento ao disposto no artigo 51, VII da Lei n. 11.101/05, as Requerentes apresentam extratos atualizados de todas as suas contas bancárias (**doc.**).

Esclarecem que não possuem aplicações financeiras em nenhuma instituição, o que pode ser comprovado nos extratos anexos, e que a manutenção no balanço patrimonial decorre de desencontro de informações com o responsável pela contabilidade, que será retificada.

**BOTUCATU/SP**Rua Marechal Deodoro, 42  
Centro  
14 3815 3872**SÃO PAULO/SP**Rua Itápolis, 1468  
Pacaembu



Salienta, outrossim, que a anotação incorreta do valor do investimento inexistente não impactou na apuração de lucro ou prejuízo da Requerente Elias Antunes da Silva & Cia Ltda.

**ITEM 7. CORREÇÃO DO VALOR DA CAUSA, e PEDIDO DE PARCELAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS**

Em atendimento ao disposto no artigo 51, §4º da Lei n. 11.101/05, requer-se a alteração do valor da causa para R\$ 1.817.034,70 (um milhão, oitocentos e dezessete mil reais e trinta e quatro centavos), correspondente a soma dos créditos sujeitos à recuperação judicial.

A correção do valor da causa tem como consequência a elevação do valor das custas processuais para R\$ 18.170,34 (dezoito mil, cento e setenta reais e trinta e quatro centavos).

Mesmo com o abatimento do valor já recolhido (fls. 272 - R\$ 500,00), as Requerentes não têm condições financeiras para recolher o valor remanescente das custas (R\$ 17.670,34) em pagamento único.

O pedido de recuperação judicial, motivado principalmente pela soma elevada do passivo e, de outro lado, pela viabilidade econômica das empresas, já é indicativo de impossibilidade de desembolso de quantia elevada, pois, se assim não fosse, a presente ação não seria necessária.

O mês corrente, em que se verificou um arrefecimento da pandemia do COVID-19, também marcado por aumento de inflação e retração no consumo. Em se tratando de uma

# DELFIN CAVALARI

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

DELFINCAVALARI.COM.BR

cidade onde a renda per capita é baixa, com forte dependência de auxílio emergencial e outros programas sociais, o impacto nas vendas foi ainda pior.

Os extratos bancários anexos (**doc.**) demonstram que a movimentação financeira das Requerentes está concentrada no Banco Bradesco S/A<sup>1</sup>, cujo saldo, após o pagamento de diversos títulos no dia 15/03/2021, encontra-se negativo.

Evidentemente o saldo negativo não vai perdurar, dada o fluxo natural - porém reduzido - de pagamentos. Contudo, verifica-se no histórico do mês que a movimentação bancária não permite o pagamento integral e único das custas processuais, sem que haja comprometimento de fluxo de caixa para aquisição de mercadorias e custeio de despesas operacionais essenciais.

Analisando-se o extrato bancário, observa-se que somente no início do mês de março - dias 02, 05, 08 e 15 - o saldo da conta superou o valor das custas processuais, mantendo-se, nos demais dias, sempre inferior.

O parcelamento de custas e despesas processuais, previsto expressamente no artigo 98, § 6º do CPC<sup>2</sup>, é admitido pelo E. Tribunal de Justiça de São Paulo quando há risco de o recolhimento único configurar impedimento de acesso a Justiça:

<sup>1</sup> Há também movimentação na Caixa Econômica Federal e Banco Tribanco (**doc.**), em valores bem inferiores aos da conta no Banco Bradesco S/A.

<sup>2</sup> Art. 98. *A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.*

§ 6º *Conforme o caso, o juiz poderá conceder direito ao parcelamento de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO**

*EMENTA: Recuperação judicial. Assistência judiciária. Pedido de gratuidade incompatível com o instituto. Pretensão de diferimento do pagamento igualmente descabida. Devido porém o parcelamento, dado o valor atribuído à causa e o importe expressivo das custas. Parcelamento concedido. Recurso parcialmente provido.*

*(TJSP; Agravo de Instrumento 2253136-98.2017.8.26.0000; Relator (a): Claudio Godoy; Órgão Julgador: 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial; Foro Central Cível - 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais; Data do Julgamento: 24/04/2018; Data de Registro: 24/04/2018)*

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO**

*GRATUIDADE DA JUSTIÇA - Insurgência dos devedores contra decisão que lhes indeferiu as benesses da justiça gratuita - Parcelamento das custas - Possibilidade - Obrigatoriedade do recolhimento das custas judiciais integrais do processo de forma antecipada, logo no ajuizamento da ação, pode representar obstáculo intransponível ao acesso à justiça - Admissibilidade diante do elevado valor da causa, base de cálculo do recolhimento - Parcelamento previsto no artigo 98, §6º do NCPC - Recurso parcialmente provido, tão-somente, para admitir o recolhimento das custas em 06 (seis) vezes.*

*(TJSP; Agravo de Instrumento 2283885-30.2019.8.26.0000; Relator (a): Mendes Pereira; Órgão Julgador: 15ª Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível - 28ª Vara Cível; Data do Julgamento: 11/08/2020; Data de Registro: 14/08/2020)*

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO**

*Agravo de Instrumento – Pedido de pagamento parcelado de custas – Indeferimento – Admissibilidade do agravo, conquanto represente análise de pedido de gratuidade da justiça, ainda que parcial - Termo "despesas", exposto pelo legislador no § 6º do art. 98 do NCPC, que se refere a todo o desembolso de valores necessários à prática de atos processuais em geral – Benefício aplicável às custas, a despeito da natureza tributária - Amplo acesso à Justiça e primazia do julgamento de mérito - Alternativa para as partes que, mesmo não possuindo os requisitos necessários à concessão da gratuidade de forma ampla, demonstram alguma dificuldade em arcar com os gastos do processo – Caso dos autos que expõe necessidade de recolhimento de custas iniciais em elevado patamar – Recurso provido, para conferir a agravante a possibilidade do*



*recolhimento parcelado das custas iniciais do processo, em cinco prestações mensais, observado que eventual inadimplência injustificada ensejará a extinção do processo. (TJSP; Agravo de Instrumento 2046145-90.2017.8.26.0000; Relator (a): Claudia Grieco Tabosa Pessoa; Órgão Julgador: 19ª Câmara de Direito Privado; Foro de São José do Rio Preto - 7ª Vara Cível; Data do Julgamento: 24/04/2017; Data de Registro: 03/05/2017)*

Como bem reconheceu o Relator do Agravo de Instrumento n. 2046145-90.2017.8.26.0000, o termo "despesas" processuais abrange todos os desembolsos a serem realizados e deve ser aplicado às custas processuais.

As Requerentes carecem de tutela judicial visando a criação de melhores condições para sua recuperação econômico-financeira, em um momento de agravamento da crise relatada na petição inicial, mas deparam-se com o obstáculo de pagamento único das custas processuais, caso seja aplicado o padrão de recolhimento previsto em lei.

No entanto, como demonstrado, preenchem os requisitos para concessão de parcelamento, uma vez que sua movimentação financeira bancária comprova que o desembolso de R\$ R\$ 17.670,34 (dezessete mil, seiscentos e setenta reais e trinta e quatro centavos) vai impactar no pagamento de despesas operacionais básicas, e agravar ainda mais sua crise.

Assim, requer-se ao r. Juízo o parcelamento das custas processuais em 06(seis) parcelas iguais de R\$ 2.945,05 (dois mil, novecentos e quarenta e cinco reais e cinco centavos).

## **DOS PEDIDOS**

**BOTUCATU/SP**

Rua Marechal Deodoro, 42  
Centro  
14 3815 3872

**SÃO PAULO/SP**

Rua Itápolis, 1468  
Pacaembu

# DELFIN CAVALARI

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

DELFINCAVALARI.COM.BR

Ante ao exposto, requer-se a Vossa Excelência que se digne **acolher** o pedido de aditamento da inicial e a documentação complementar, cumpridos os requisitos previstos no artigo 51 da Lei n. 11.101/05, **deferir o processamento do pedido de recuperação judicial**, nos termos do artigo 52 da Lei n. 11.101/05.

Requer-se a correção do valor da causa para R\$ 17.670,34 (dezessete mil, seiscentos e setenta reais e trinta e quatro centavos), e, deferir o parcelamento das custas processuais em 06 (seis) parcelas mensais e iguais no valor de R\$ 2.945,05 (dois mil, novecentos e quarenta e cinco reais e cinco centavos).

Termos em que,

Pede deferimento.

Botucatu/SP, 16 de março de 2021.

**RICARDO ALESSI DELFIM**  
OAB/SP 136.346

**JOSÉ EDUARDO CAVALARI**  
OAB/SP 162.928

**PEDRO HENRIQUE BARDELLA DE CAMARGO MORAES**  
OAB/SP 374.822

**BOTUCATU/SP**  
Rua Marechal Deodoro, 42  
Centro  
14-3815-3872

**SÃO PAULO/SP**  
Rua Itápolis, 1468  
Pacaembu